

**NOVAS ABORDAGENS SOBRE O SURGIMENTO
DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA:
OS CLÁSSICOS E SUA VERDADEIRA RELAÇÃO COM O TEMPO, O
ANACRONISMO E A DIFERENÇA HISTÓRICA**

**ROOD, TIM; ATACK, CAROL & PHILIPS, TOM. *ANACHRONISM AND
ANTIQUITY*. LONDRES: BLOOMSBURY ACADEMIC, 2020, 296 P.**

*Matheus Vargas de Sousa*¹

Considerando a possibilidade de a História Antiga ter boas condições de contribuir com um rigor maior para a Teoria da História e a História da Historiografia, a leitura do livro escrito por Tim Rood, Carol Atack e Tom Phillips é uma das mais relevantes dos últimos anos. Este é elaborado para conduzir o leitor a conclusões bastante provocativas sobre nossa percepção da relação da humanidade com o tempo e sobre as inúmeras imprecisões do ato de eleger o Renascimento como gênese de uma concepção de tempo moderna. Desde já adianto as conclusões fundamentais do livro: 1- Gregos e romanos foram supervalorizados por intelectuais modernos a despeito de diversas outras civilizações bem documentadas que conhecemos; 2- Essa supervalorização também trouxe malefícios no sentido de estereotipar também os chamados “clássicos”: uma vez que foram eleitos como origem de uma civilização ocidental, são necessariamente ultrapassados, definidos em termos de ausências e entendidos como carentes de senso de história e de anacronismo (tudo isto como uma aplicação anacrônica da reificação de concepções de História posteriores); 3- A Antiguidade em si é um produto da retrospectiva e um dos mais persistentes anacronismos cometidos pelos modernos. Anacronismo sendo aqui entendido como a condição de deslocamento da posição ideal dentro do espectro temporal, portanto a inclusão, a princípio incorreta, de algo em uma temporalidade que não lhe pertence.

¹ Mestre pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e pesquisador membro do LIMES – Fronteiras Interdisciplinares da Antiguidade e suas Representações. E-mail para contato: matheussagrav@gmail.com

Outra conclusão, mais geral, do livro é a de que tudo que os historiadores e filósofos da História vêm escrevendo sobre o desenvolvimento da História como disciplina e ofício e sobre o que há de original e inerente na historiografia contemporânea precisa ser redimensionado através de um olhar mais atencioso às fontes da Antiguidade. Os autores de *Anachronism and Antiquity* consideram que, por um profundo desconhecimento dos textos antigos, muitos autores respeitados como Reinhart Koselleck e Peter Burke estabeleceram marcos para o surgimento de uma historiografia mais atenta ao anacronismo e a uma apreensão mais rigorosa da temporalidade que, na realidade, não se sustentam. Estes autores, por sua vez, ganharam destaque, o que tornaria a reprodução de suas conclusões imprecisas um problema.

Tanto o primeiro quanto o segundo capítulo são apresentados como um esforço de compreensão do alcance do sentido de “anacronismo” entre os clássicos. O primeiro se inicia com uma breve apresentação de usos modernos da ideia de anacronismo, até o surgimento de uma crítica à discussão dos sentidos etimológicos de *anakhronízein* e de seu emprego por eruditos alexandrinos e comentadores como Eustácio de Tessalônica, já no período bizantino. Os autores comentam que os argumentos sobre o surgimento da noção de anacronismo como a conhecemos também são frágeis; demonstram de forma sólida como as concepções de temporalidade de Peter Burke e Margreta de Grazia estão contaminadas de um sentido evolucionista que estabelece, na Renascença, um meio termo para o desenvolvimento da consciência histórica moderna e que vê a Antiguidade e a Modernidade como totalmente separadas. Na realidade, a difusão da ideia e do termo grego *anakhronízein* no Ocidente foi uma consequência da queda de Bizâncio e rapidamente atingiu a crítica literária italiana do século XVI. A partir do século XVII, os autores pontuam bem, o conceito já é percebido em outros países da Europa. No entanto, um ponto fundamental demarcado no capítulo é que, antes do termo “anacronismo” e suas variações se popularizarem, o termo *prólēpsis* já era empregado pela crítica da época, carregando sentido similar e, dessa forma, a consciência da distorção temporal não dependeu imediatamente do termo “anacronismo”. *Prólēpsis* é encontrado com o mesmo sentido ainda nos séculos I e II d.C. Finalizam o capítulo apontando o desenvolvimento das diferentes concepções de anacronismo, tempo e processo histórico, desde Vico a Nicole Loraux.

O segundo capítulo apresenta uma crítica a concepções modernas de temporalidade e de desenvolvimento da consciência histórica. Questionam Koselleck e sua noção de temporalização da História; Burke e sua atribuição de percepção histórica aos romanos

simultânea ao alijamento de tal aos gregos e medievais; Schiffman e sua defesa de que os antigos sequer teriam uma noção de “passado” e que, portanto, desconheceriam o “anacronismo”. Afirmam que se propõem a criticar “como ‘anacronismo’ foi usado para estruturar narrativas de consciência histórica”². A crítica a Reinhart Koselleck é particularmente pertinente. Conforme demonstram, a percepção do historiador alemão sobre a relação de Schlegel e Altdorfer com a consciência de anacronismo está equivocada. Como consequência, toda a conceitualização de Koselleck que apontava para um salto moderno na percepção de tempo, durante o século XIX, fica fragilizada diante da constatação de que certas relações temporais foram ignoradas por ele e de que as noções de anacronismo consciente e inconsciente não podem ser aplicadas com tanta solidez. O Schlegel que Koselleck pinta como ingênuo e inconsciente da diferença histórica enxergava, na realidade, a consciência histórica do próprio Altdorfer como separada da sua própria e da Antiguidade simultaneamente. A argumentação de Schlegel é então apresentada como muito mais rica que a descrita por Koselleck. Cumpre ainda mencionar que, no caso de Koselleck, os autores ainda insistem que o uso polarizado da ideia de anacronismo inviabilizou uma precisão maior, além de que, se Koselleck tivesse aplicado sua própria noção de extratos temporais, teria contornado tal situação.

Ainda neste segundo capítulo há dois pontos impossíveis de omitir, imediatamente antes e imediatamente depois das críticas a Koselleck. Tradicionalmente, Lorenzo Valla e Petrarca são reivindicados como outros possíveis nascedouros da consciência histórica e de anacronismo do mundo moderno. O que os autores demonstram, no entanto, é que suas figuras foram idealizadas e suas obras foram lidas de maneira equivocada. Ambos são famosos, entre outras coisas, por apontar a falsidade de documentos, baseando-se em um suposto senso apurado de anacronismo que lhes permitisse discernir entre as particularidades da produção documental de cada época. No entanto, Petrarca comete anacronismos ao longo de suas obras e não condena o falsário por ser anacrônico, mas por compreender pouco a Antiguidade. Petrarca apenas disporia de um refinamento de técnicas filológicas. Valla, como apontam, é criticado atualmente por não fazer um uso acurado da filologia, mas apenas criticar a Doação de Constantino a partir de critérios apriorísticos sobre como deveria ser o latim e critica mais a estética da cópia de que dispunha que propriamente a veracidade do documento original. Os autores então demonstram como a proposta de desautorização de documentos dos renascentistas tinha

² Rood; Atack & Phillips, 2020, p. 37.

mais compromissos políticos que propriamente uma preocupação intelectual com a precisão histórica, ainda que Valla apresente uma percepção mais clara do antes e do depois. Assim, entre este e Petrarca, é percebido melhor um conhecimento profundo do latim que possibilitava a percepção da diferença histórica. Nesse sentido, não era a percepção da diferença histórica que agia *a priori*.

O terceiro capítulo é apresentado como um exercício de reflexão sobre a noção de anacronismo discutida nas fontes antigas. Apropriando-se da teorização de Bernard Knox³, Oliver Taplin⁴ e Pat Easterling⁵, começam a identificar alguns autores da Antiguidade que demonstram um senso de anacronismo. Entre eles Pausânias, Aristarco e outros ainda mais antigos, como Aristófanes e Eurípides. Pensando sobre uma *Ancient Scholarship* e na prática literária antiga, os autores encontram outros nomes como o de Tucídides, Aristóteles, Estrabão, Hípias de Élis, Diógenes Laércio, Ateneu, Ênio, Virgílio, Higino, Sérvio Honorato, Veleio Patérculo, além de escólios sobre Píndaro (valendo-se de Apolônio de Rodes), Aristófanes, Galeno, Macróbio (citando Varrão), Plutarco e Teopompo, e de autores bizantinos como João Tzetzes. Todos esses nomes surgem como autores de críticas ao anacronismo cometido por outros autores da Antiguidade, ou como produtores de anacronismos; e cada um é devidamente analisado. A conclusão do capítulo, após toda a argumentação detalhada, é a de que pensar em uma consciência histórica nascente apenas com a Renascença é ignorar toda uma tradição crítica consolidada desde a Antiguidade e que é influente, inclusive, em textos modernos.

Além disso, outra questão levantada é que o anacronismo também podia ser deliberadamente utilizado de acordo com a configuração política, como seria o caso de Virgílio, melhor lido em um interlúdio entre os capítulos 3 e 4. Rood, Atack e Phillips comentam como Petrarca estava ciente de toda uma discussão relativa a um anacronismo de Virgílio. Discussão essa conduzida anteriormente por nomes como Agostinho de Hipona, Sérvio Honorato e Macróbio. Aqui como a crítica da Renascença, ainda que refletisse sobre os limites da licença poética na poesia antiga, não inaugurou esse debate. No processo, a ideia do anacronismo teria atravessado a linha entre a exegese literária e a cronologia, fixando-se aos poucos na segunda, de forma orgânica. Os renascentistas não deram, portanto, origem à crítica do anacronismo, mas apenas a refinaram lentamente, como no caso dos anacronismos poéticos de Virgílio.

³ Knox, 1961.

⁴ Taplin, 1986; 2007.

⁵ Easterling, 1985.

O capítulo 4 é iniciado com uma pergunta: Joseph Scaliger pode ser considerado fundador da ciência cronológica moderna? A conclusão à qual o capítulo conduzirá é a de que o método cronológico antigo já continha sentidos de processo histórico bastante significativos e que, dessa forma, a linha entre o antigo e o moderno pode ser ainda mais atenuada. Eles então reforçam que os autores modernos tendem a ver os antigos como desprovidos de concepções de passado como um ente, bem como de uma noção de cronologia, atribuindo-lhes uma percepção episódica, algo que já vinha sendo constatado em capítulos anteriores. Tal concepção, no entanto, não poderia estar mais equivocada e a razão disso é gradualmente apresentada também neste capítulo: o pouco conhecimento dos textos antigos por parte dos autores modernos. Segundo Rood, Atack e Phillips, o que os exemplos de Plutarco e Horácio podem mostrar é que, a despeito da ausência de métodos totalmente eficazes, debates complexos sobre anacronismos e diferença histórica eram difundidos (o próprio Scaliger lamentou que o que os gregos escreveram sobre cronologia se perdeu). É importante frisar a informação, apresentada pelos autores, de que Scaliger procurou elaborar um método cronológico que dividisse os anos em épocas, conforme o método dos eruditos da Alexandria helenística, do qual tinha conhecimento. Além disso, apontam como Teodoro de Gaza, inspirado em Plutarco, já tratava da possibilidade de uma perspectiva desenvolvimentista, e que uma percepção similar e/ou crítica a tal também era encontrada em João, o Lídio, Gêmino de Rodes, Censorino, Plínio, o Velho, Filóstrato, Aristóteles, Horácio e Ateneu. Apontam também como Scaliger criticou pontos sobre o calendário romano que já haviam sido criticados por Macróbio e Ovídio e que o próprio Scaliger também foi anacrônico em alguns momentos, além de tecer raciocínios sobre determinada data já desenvolvido outrora por Cornélio Nepo, omitindo este. O capítulo segue comentando como autores como Tito Lívio, Tucídides, Diodoro, Júlio Africano e Castor de Rodes se preocupavam com os problemas da datação, procurando eleger datas de onde seria possível estabelecer um conhecimento mais acurado do passado, e como por vezes anacronismos foram rejeitados por Hecateu, Heródoto, Plutarco e João Tzetzes (este respondendo a Marcelino em um escólio).

O capítulo 5 se debruça sobre escritos etnográficos modernos (e eurocêntricos) que compararam o outro ao primitivo, demonstrando como diversos autores antigos também compararam os bárbaros, aqueles provenientes de outras culturas, a povos primitivos, seja os textos dedicados ao que chamaríamos etnografia ou outros tipos de texto. Além disso, outro ponto abordado no capítulo é a permanência de diversos tipos de práticas do passado atestadas em textos. Tais permanências não são observadas apenas pelos modernos e os

autores detalham como o senso de diferença histórica e a ideia das permanências pontuais estão presentes em diversas fontes da Antiguidade. A revisão das diferentes linhas de pensamento entre os modernos e entre os antigos é particularmente rica neste capítulo. Além disso, na discussão sobre os antigos, um dos pontos tratados é a identificação, pelos antigos, de práticas de seu próprio presente realizadas em certas localidades como testemunhas da prática corrente e difundida em seu passado. Sublinho a relevância dos apontamentos sobre Vitruvius, Dionísio de Halicarnasso, Quintiliano, Filóstrato, Heráclides do Ponto, Tácito, Pompônio Mela, entre outros.

No capítulo seguinte Rood, Atack e Phillips se dedicam ao estudo da exemplaridade, da identificação de modelos positivos e negativos no passado, como tema recorrente na relação entre os antigos e o passado. Após tratar de alguns casos de discurso de exemplaridade nos textos antigos, os autores comentam como isso foi determinante nas discussões modernas sobre o anacronismo, como, por exemplo, na defesa de D. Lowenthal de que antes do século XIX toda História era apenas uma coletânea de exemplos. O que a argumentação do capítulo vai mostrar é que, na realidade a exemplaridade não caiu por terra completamente com o advento da modernidade e que o historicismo reproduziu essa lógica em certa medida. Além disso, como desenvolvem, a noção de que a exemplaridade sofreria uma crise na modernidade implica que fosse um sistema fixo e estável na Antiguidade, mas o que os autores do livro demonstram é que isso não se sustenta: se valem de estudos recentes que apontaram para uma crítica à pertinência da exemplaridade ainda na Antiguidade. É o caso de Christina Kraus⁶ e Rebecca Langlands⁷, que demonstraram como os *exempla* sempre estiveram dentro dos domínios da retórica e sempre foram passíveis de contestação entre os antigos, inclusive os historiadores. Os autores lembram ainda o clamor por conceitos morais universais e atemporais que o mundo moderno faz frente à Antiguidade, reforçando que entre os interessados na área não há apenas supremacistas brancos e ultraconservadores. A discussão é igualmente rica e a lista de autores antigos apresentados é vasta. Vale ressaltar que uma das conclusões é a de que os *exempla* não pressupõem visão estática, mas uma sensibilidade para formas através das quais passado e presente influenciam um ao outro, com constante noção de contraste entre os dois tempos.

Com uma densidade teórica considerável, o capítulo 7 é outro ponto que merece destaque. Valendo-se da concepção de multitemporalidade de um único instante de

⁶ Kraus, 2005.

⁷ Langlands, 2008; 2011; 2018.

Michel Serres⁸, que explora o entrecruzamento de elementos próprios a várias temporalidades presente em um único instante no espaço-tempo, os autores dedicam o capítulo a investigar as possibilidades de tal apreensão do tempo entre antigos e modernos. Nesse sentido, uma virada se dá quando os autores apontam que a percepção de que o tempo não é uma estável sucessão de épocas, uma vez que cada época contém elementos multitemporais com o cruzamento de temporalidades, pode ser atestada entre fontes antigas, ainda que pareça um raciocínio muito moderno. O texto contém uma discussão bem fundamentada, traçando de forma bastante concreta o conceito de multitemporalidade a ser aplicado, com nomes como B. Latour⁹ e Jonathan Gil Harris¹⁰. Já entre os antigos, alguns exemplos são usados para demonstrar a percepção antiga de contato entre tempos distintos, como Lucrécio, Hélio Teão, Homero, Dião Cássio e Sófocles.

Os últimos interlúdio e capítulo se dedicam a discutir como desde a Antiguidade se consolidou a imagem de uma comunidade atemporal de personalidades (sobretudo intelectuais) no pós-vida — inclusive com uma produção literária moderna diretamente inspirada nos antigos. A conclusão, muito acertada aparentemente, é a de que tanto antigos quanto modernos elaboraram formas de transcender barreiras temporais e fazer uso deliberado do aparente anacronismo para construir um senso de comunidade intelectual e diálogos entre ideias através do tempo. Destacam que operações similares são conduzidas tanto entre antigos quando entre modernos e finalizam com reflexões relevantes sobre a pintura moderna e as representações da Antiguidade.

Recebida: 11/07/2020

Aprovada: 20/11/2020

⁸ Serres, 2000.

⁹ Serres & Latour, 1995.

¹⁰ Harris, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Easterling, P. (1985). Anachronism in Greek tragedy. *Journal of Hellenic Studies*, v. 105, n. 1, 1-10.
- Harris, J. (2009). *Untimely Matter in the Time of Shakespeare*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Knox, B. (1957). *Oedipus at Thebes*. New Haven: Yale University Press.
- Knox, B. (1961). The Ajax of Sophocles. *Harvard Studies in Classical Philology*, v. 65, n. 1, 1-37.
- Kraus, C. (2005). From exempla to exemplar? In J. Edmonson; S. Mason & J. Rives (Eds.), *Flavius Josephus and Flavian Rome* (pp. 181-200). Oxford: Oxford University Press, 181-200.
- Langlands, R. (2008). “Reading for the moral” in Valerius Maximus. *Cambridge Classical Journal*, v. 54, n. 1, 160-187.
- Langlands, R. (2011). Roman exempla and situation ethics. *Journal of Roman Studies*, v. 101, n. 1, 1-23.
- Langlands, R. (2018). *Exemplarity Ethics in Ancient Rome*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rood, T; Atack, C & Phillips, T. (2020). *Anachronism and Antiquity*. London: Bloomsbury Academic.
- Serres, M. (2000). *The Birth of Physics*. Manchester: Rowman & Littlefield.
- Serres, M. & Latour, B. (1995). *Conversations on Science, Culture, and Time*. Ann Arbor: Michigan University Press.
- Taplin, O. (1986). Fifth-century tragedy and comedy. *Journal of Hellenic Studies*, v. 106, n. 1, 163-174.
- Taplin, O. (2007). Some assimilations of the Homeric simile in later twentieth-century poetry. In: Graziosi, B; Greenwood, E. (eds). *Homer in the Twentieth Century*. Oxford: Oxford University Press, 177-190.